

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

GIULIA DOS SANTOS GOI CAETANO

**O IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÔMICAS NA RÚSSIA: UMA ANÁLISE ATUAL  
DAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E GEOPOLÍTICAS DURANTE O  
CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

**SÃO PAULO**

**2024**

GIULIA DOS SANTOS GOI CAETANO

**O IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÔMICAS NA RÚSSIA: UMA ANÁLISE ATUAL  
DAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E GEOPOLÍTICAS DURANTE O  
CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em **Relações Internacionais**, sob a orientação da Prof. Dr. Augusto Leal Rinaldi.

SÃO PAULO

2024

GIULIA DOS SANTOS GOI CAETANO

**O IMPACTO DAS SANÇÕES ECONÔMICAS NA RÚSSIA: UMA ANÁLISE ATUAL  
DAS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS E GEOPOLÍTICAS DURANTE O  
CONFLITO RUSSO-UCRANIANO**

Trabalho Final apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em **Relações Internacionais**, sob a orientação da Prof. Dr. Augusto Leal Rinaldi.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador Dr. Augusto Leal Rinaldi

---

São Paulo, \_\_\_\_ de novembro de 2024.

*Dedico este trabalho a todos que me ajudaram a chegar até aqui: aos meus pais, ao meu namorado Luca, que nunca deixou de acreditar em mim, aos meus amigos, à minha avó, que já não está entre nós, mas que sempre me motivou a seguir em frente, e ao meu orientador, que foi um guia paciente e dedicado.*

## **AGRADECIMENTOS**

Minha família sempre foi, e continuará sendo, o meu maior alicerce. Se hoje estou aqui, prestes a me tornar bacharel em Relações Internacionais, é graças ao amor, apoio e dedicação incansáveis de cada um de vocês. Acima de tudo, sou grata a Deus, que me guiou em cada passo dessa jornada, me dando força, sabedoria e persistência para alcançar meus objetivos.

À minha mãe, que sempre me disse que eu poderia ser o que eu quisesse, no meu tempo e da forma que meu sonho precisasse ser. Que sempre me apoiou, esperando meu retorno tarde da noite e me assegurando que eu colheria os frutos de todo esforço. À minha mãe, meu maior exemplo de dedicação e amor incondicional.

Ao meu pai, que sempre me lembrou que o mundo trata melhor os campeões, e aqui estou eu, sendo campeã por todo o investimento e confiança que ele depositou em mim. Seu exemplo de força e perseverança me inspirou a nunca desistir.

Aos meus irmãos, que aguentaram toda a barra comigo, me apoiando com todo o amor do mundo, e sempre me dizendo que se inspiram em mim. Vocês são a razão pela qual aprendo diariamente o verdadeiro significado de união e carinho.

Ao Luca, que, desde que decidi prestar vestibular, me impulsionou a voar mais alto, a ser a melhor em tudo o que eu fizer. Sempre ao meu lado, vivendo as melhores e piores situações comigo, e com a certeza de que haveria um amanhã, e que eu conseguiria. Seu amor e confiança em mim foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos motoristas dos ônibus, que durante o meu período presencial na faculdade, me alegraram com suas conversas e me deixaram em segurança na porta de casa, mesmo que não fossem sua obrigação, cuidando de tantos passageiros, mas sempre com um gesto de carinho que jamais esquecerei.

À minha avó, que faleceu em 2017, mas que sempre esteve presente, mesmo de longe, me dando força e sendo a minha maior motivação todos os dias. Sempre quis dar orgulho a ela, e sua memória permanece viva em meu coração.

Aos meus amigos do curso Etapa, que presenciaram o início da minha jornada; aos meus colegas de estágio e trabalho; às minhas chefes e aos meus chefes, e à PUC como um todo. Aos meus amigos da faculdade, agradeço pela companhia e pelos momentos inesquecíveis que compartilhamos ao longo desses quatro anos. Em

especial, pelas risadas, pelos desafios superados juntos e pelas memórias que ficarão para sempre. Sempre estarei na torcida pelo sucesso de cada um de vocês.

À minha cachorrinha/filha Margarete Texeira, que é tudo para mim e a minha maior alegria ao acordar todos os dias. Seu amor e presença são meu refúgio.

Cada um de vocês foi fundamental em minha trajetória, contribuindo de maneira única para o meu aprendizado e crescimento.

Sou eternamente grata por cada um de vocês e pela oportunidade de ter vivido essa experiência, guiada pela bênção de Deus e pelo amor das pessoas que fazem meu coração pulsar de alegria. Cada momento compartilhado será guardado como uma joia rara, porque, como bem disse *“O Pequeno Príncipe”*: *"Foi o tempo que dedicaste à tua rosa que a fez tão importante"*. Vocês são as rosas do meu jardim, e levo cada memória como um tesouro eterno. Obrigada!

CAETANO, Giulia dos Santos Goi. **O impacto das Sanções Econômicas na Rússia: uma análise atual das consequências econômicas e geopolíticas durante o conflito Russo-Ucraniano.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2024. 30f.

## RESUMO

As sanções econômicas são medidas coercitivas utilizadas por países, governos e blocos multilaterais contra determinadas nações a fim de evitar um conflito armado generalizado. Tal ação é utilizada como forma de expressar desaprovação, com isso o país sancionado se enfraquece comercialmente e geopoliticamente e por consequência passa a cumprir as exigências realizadas. A Rússia tem sido alvo de sanções desde que tomou o controle militar da península da Crimeia, pelos Estados Unidos e União Europeia que, atualmente, são os principais países os quais impossibilitam a economia russa de comercializar com outras nações. Em 2022, a Rússia invade a Ucrânia resultando em uma série de ações, sendo amplamente condenada como uma violação flagrante da soberania e integridade territorial. Nesse sentido, a Organização dos Tratados do Atlântico Norte tem desempenhado um papel determinante na crise russo-ucraniana desde 2014 uma vez que responde a essa anexação da Crimeia com uma série de medidas defensivas de apoio. Esse cenário ocorre, pois a invasão russa em larga escala tem como uma de suas justificativas a inclusão da Ucrânia a OTAN. A pergunta norteadora que este trabalho tem como princípio é: como as sanções econômicas e políticas aplicadas pela comunidade internacional afetaram as relações geopolíticas da Rússia durante seu conflito com a Ucrânia e quais os indicadores mais relevantes para avaliar a eficácia dessas medidas em atingir os objetivos declarados pelos países ocidentais? Além disso, essa pesquisa poderá demonstrar como essa situação se encontra na atualidade - por se tratar de um tema recorrente e que não houve um desfecho. Assim, a contribuição desta, demonstra uma compreensão do tema abordado e oferece insights sobre como outras nações podem se posicionar caso sejam alvo de sanções, com isso fica-se claro a importância e relevância do tema, dado que não houve desfecho do conflito e se as sanções estão cumprindo com o seu papel.

**Palavras-chave:** Conflito; Economia; Penalidades; Recessão; Rússia-Ucrânia.

## ABSTRACT

Economic sanctions are coercive measures used by countries, governments, and multilateral blocs against specific nations to prevent a widespread armed conflict. Such actions are employed to express disapproval, weakening the sanctioned country both commercially and geopolitically, which consequently compels it to comply with the demands made. Russia has been the target of sanctions since it militarily took control of the Crimean Peninsula, imposed by the United States and the European Union, which are currently the main actors restricting the Russian economy from trading with other nations. In 2022, Russia invaded Ukraine, triggering a series of actions widely condemned as a flagrant violation of sovereignty and territorial integrity. In this context, the North Atlantic Treaty Organization (NATO) has played a decisive role in the Russia-Ukraine crisis since 2014, responding to Crimea's annexation with a series of defensive

support measures. This situation arises because one of Russia's justifications for its large-scale invasion is Ukraine's potential inclusion in NATO. The guiding question of this study is: how have the economic and political sanctions applied by the international community affected Russia's geopolitical relations during its conflict with Ukraine, and what are the most relevant indicators to assess the effectiveness of these measures in achieving the objectives declared by Western countries? Furthermore, this research seeks to demonstrate the current status of this ongoing situation, as it remains unresolved. The contribution of this study lies in providing an understanding of the topic and offering insights into how other nations might position themselves if they become targets of sanctions. This highlights the importance and relevance of the subject, given the absence of a resolution to the conflict and the need to assess whether the sanctions are fulfilling their intended purpose.

**Key-words:** Conflict; Economy; Sanctions; Recession; Russia-Ukraine.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>2</b>	<b>CONFLITOS ENTRE ESTADOS</b> .....	11
2.1	SANÇÕES ECONÔMICAS .....	14
<b>3</b>	<b>O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA</b> .....	17
3.1	AS SANÇÕES ECONÔMICAS APLICADAS À RÚSSIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS .	22
	<b>CONCLUSÃO</b> .....	28
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	30

## 1 INTRODUÇÃO

A invasão da Ucrânia coordenada pela Rússia teve seu início no dia 24 de fevereiro de 2022, marcando o cenário econômico e geopolítico internacional como um dos momentos mais violentos e intensos da contemporaneidade. O conflito russo-ucraniano é marcado por disputas territoriais e históricas intensificadas, o que resultou em uma crise humanitária devastadora e ao questionamento do verdadeiro significado de equilíbrio da ordem global, interferindo diretamente na geopolítica e economia mundial.

Uma das principais questões geopolíticas perante a guerra é o papel da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que antes do início do conflito até o presente momento, tem se posicionado como um forte aliado à Ucrânia. Com sua aliança fornecendo assistência militar e humanitária, a OTAN tem reforçado cada vez mais sua presença no leste europeu, e esta ação não representa apenas a união entre os países integrantes do bloco em forma de solidariedade como também evidencia a determinação em conter a expansão russa.

Nesse sentido, como forma de resposta à agressão russa, a comunidade internacional, liderada por países ocidentais junto à OTAN, impôs uma série de sanções econômicas. Tal ação é utilizada como forma de expressar desaprovação, com isso o país sancionado se enfraquece comercialmente e geopoliticamente e por consequência passa a cumprir as exigências realizadas (Politize, 2017)

Desta forma, a Rússia tem sido alvo de sanções desde que tomou o controle militar da península da Crimeia, pelos Estados Unidos e União Europeia que, atualmente, são os principais países os quais impossibilitam a economia russa de comercializar com outras nações. A invasão russa tem como uma de suas justificativas a possível inclusão da Ucrânia à OTAN, o que gera desaprovação automática da Rússia. Com o fim da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), a Rússia acredita que os países membros do bloco não deveriam se expandir para o leste, o que demonstra que a inclusão da Ucrânia na aliança vai contra todos os acordos realizados desde o fim do bloco soviético.

Dentre as medidas de bloqueio econômico, as sanções econômicas incluíram o congelamento de ativos de indivíduos e entidades russas, expulsão da Rússia do sistema de pagamento SWIFT (*Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*), e restrições às exportações de tecnologia e produtos

estratégicos (BBC NEWS, 2022). Essas medidas, por um lado, buscavam desacelerar a economia russa, mas as exportações de petróleo e gás natural até agora foram poupadas pelo bloco devido aos países que dependem fortemente da energia russa, como a Alemanha (CNN Brasil, 2022)

A pergunta central de pesquisa que este trabalho busca responder é: Como as sanções econômicas impostas à Rússia têm impactado a sua economia e a sua posição geopolítica desde o início do conflito Russo-Ucraniano?

A relevância desta pesquisa concentra-se na sua capacidade de proporcionar uma visão atual e detalhada sobre os efeitos das sanções econômicas impostas à Rússia, em um cenário de conflito ainda em curso. Como este tema encontra-se em pauta e sem futuro de um possível desfecho, fica evidente sua importância, pois permite uma compreensão aprofundada das dinâmicas econômicas e geopolíticas aplicadas. Portanto, não só esclarece o estado atual das sanções sobre a Rússia, como também fornece um guia para outras nações e formuladores de políticas, ressaltando as consequências das sanções econômicas impostas em um cenário global.

O trabalho será organizado de modo a expor o contexto do conflito entre a Rússia-Ucrânia para que as sanções sejam abordadas. No primeiro tópico, os conflitos entre estados, com conceitos relativos ao Direito Internacional e Relações Internacionais serão apresentados. Na sequência, será exposto o tópico sobre as sanções econômicas, que são medidas aplicáveis aos Estados quando da infração de normas internacionais. Apresentados esses conceitos, o conflito Rússia-Ucrânia será explorado, demonstrando-se os acontecimentos antecedentes a ele. Por fim, as consequências das sanções econômicas aplicadas à Rússia serão expostas, demonstrando os impactos no PIB e comércio exterior, por exemplo.

## 2 CONFLITOS ENTRE ESTADOS

Preliminar à exposição objetiva sobre as sanções econômicas, cabe conceituar as hipóteses de incidência dessa penalidade, qual seja o conflito entre Estados, que se refere a uma situação em que duas ou mais nações soberanas entram em desacordo ou disputa, podendo envolver o uso de força militar para resolver essas divergências. Essas disputas podem surgir por diferentes razões, como questões territoriais, econômicas, políticas ou ideológicas. Ao contrário de conflitos internos, que ocorrem dentro das fronteiras de um único país, os conflitos entre Estados envolvem diretamente os governos e populações de diferentes nações (Guerra, 2024).

O conflito entre Estados pode assumir várias formas, desde tensões diplomáticas e sanções econômicas até a eclosão de confrontos armados. Nem todo conflito entre Estados resulta em guerra declarada, pois pode haver confrontos limitados, escaramuças militares ou mesmo situações de impasse diplomático que não evoluem para um conflito aberto. Nesse sentido, cabe expor que, no campo do Direito Internacional, a distinção entre "guerra" e "conflito armado" se tornou importante, especialmente após o século XX (Guerra, 2024).

A guerra é um termo que envolve um status jurídico formal, geralmente marcado por uma declaração oficial de hostilidades entre nações, o que suspende ou afeta as relações diplomáticas e tratados entre elas. Já o conceito de conflito armado é abrangente e não necessariamente envolve uma declaração formal de guerra. Esse conceito engloba tanto conflitos internacionais, isto é, entre diferentes Estados, quanto conflitos não internacionais, ou seja, dentro de um mesmo Estado, como guerras civis, e busca regular as ações hostis em contextos de uso de força (Guerra, 2024).

Os conflitos entre Estados, em sua dimensão jurídica, são regulados pelo Direito Internacional Humanitário (DIH), um conjunto de normas internacionais que visa limitar os meios e métodos de combate utilizados pelas partes envolvidas e proteger civis e bens que não participam diretamente das hostilidades. O DIH faz distinção entre o *ius ad bellum* (o direito de iniciar a guerra) e o *ius in bello* (as normas que regulam a condução da guerra). O objetivo não é impedir os conflitos em si, mas mitigar o impacto humanitário, estabelecendo regras que protejam pessoas e propriedades afetadas por esses conflitos, incluindo a proibição de certos tipos de armas e o tratamento adequado a prisioneiros de guerra (Guerra, 2024).

Portanto, um conflito entre Estados envolve tanto a dimensão objetiva, que é o confronto militar propriamente dito, quanto a dimensão subjetiva, que se refere à intenção de uma nação em agir de forma hostil contra outra. Para caracterizar a guerra propriamente dita, esses dois elementos precisam estar presentes: o uso de força armada e a vontade de entrar em conflito. Contudo, na ausência de uma declaração formal de guerra, mas com a presença de ações hostis entre Estados, o termo conflito armado é o mais utilizado, reconhecendo que essas situações podem não romper completamente as relações diplomáticas ou jurídicas entre as nações envolvidas (Guerra, 2024).

O DIH é uma parte integrante do Direito Internacional Público, porém, devido à sua natureza específica e ao foco voltado à proteção da dignidade humana em situações de conflito, ele opera de forma autônoma dentro desse campo. Sua principal função é estabelecer regras que protejam os indivíduos e limitem o sofrimento em tempos de guerra, mesmo em meio a hostilidades intensas (Guerra, 2024).

Originalmente, o DIH surgiu das práticas militares baseadas em costumes, que ao longo do tempo evoluíram e se consolidaram em tratados internacionais. No entanto, nem todas as forças armadas aplicavam essas regras da mesma forma ou com a mesma consistência em relação a todos os oponentes. Essa evolução resultou na formulação de um conjunto de normas mais uniformes, embora ainda seja observada uma variação em sua aplicação histórica (Guerra, 2024).

O foco do DIH é a limitação dos meios e métodos de combate em conflitos armados. O termo "meios" refere-se ao tipo de armamento usado, enquanto "métodos" descrevem a maneira pela qual essas armas são empregadas. O DIH impõe limites importantes, proibindo o uso indiscriminado de armas que causem sofrimento desnecessário ou desproporcional. Além disso, não concede aos combatentes o direito irrestrito de utilizar qualquer tipo de armamento ou estratégia de maneira arbitrária e desumana (Guerra, 2024).

O DIH só se aplica em situações de conflitos armados, sejam eles internacionais ou não, mas exclui casos de distúrbios internos, como revoltas ou atos isolados de violência. Sua aplicabilidade é universal e independente de quem tenha iniciado as hostilidades, o que reforça seu caráter neutro e focado em minimizar os danos para todos os envolvidos. Além disso, alguns dos princípios desse direito se tornaram normas de caráter obrigatório (*ius cogens*), aceitas por praticamente todos

os Estados, devido à sua importância fundamental para a sobrevivência da comunidade internacional (Guerra, 2024).

A função primordial do DIH é minimizar o sofrimento causado por conflitos, assegurando que, mesmo em meio a situações extremas, a dignidade humana seja preservada. Para isso, baseia-se em três princípios fundamentais: humanidade (independentemente da gravidade do conflito, a dignidade das pessoas deve ser respeitada e protegida), necessidade (limita o ataque apenas a alvos militares legítimos, proibindo que civis e bens civis sejam alvo de campanhas militares) e proporcionalidade (a força empregada em um ataque seja proporcional à ameaça ou ao dano recebido) (Guerra, 2024).

O DIH, com base nesses princípios, busca estabelecer uma ordem mínima de proteção e limitar os excessos da guerra, garantindo que, mesmo em cenários de extrema violência, os direitos e a dignidade das pessoas sejam preservados. A sujeição a esse regime, pelos Estados, se dá pela assinatura da Carta das Nações Unidas e o art. 33, que trata das soluções pacíficas de controvérsias, expõe os meios para a resolução humanitária:

ARTIGO 33 - 1. As partes em uma controvérsia, que possa vir a constituir uma ameaça à paz e à segurança internacionais, procurarão, antes de tudo, chegar a uma solução por negociação, inquérito, mediação, conciliação, arbitragem, solução judicial, recurso a entidades ou acordos regionais, ou a qualquer outro meio pacífico à sua escolha. 2. O Conselho de Segurança convidará, quando julgar necessário, as referidas partes a resolver, por tais meios, suas controvérsias (ONU, 1945, n.p.).

O Estado da Rússia é signatário desse tratado, bem como a Ucrânia e, portanto, sujeitam-se às normas internacionais definidas pela ONU. Os métodos de resolução de conflitos dispostos no art. 33 combinam-se com os do art. 41, de modo a constituir o denominado sistema de sanções da ONU, que visa dirimir os litígios sem o emprego de força bélica ou violenta:

ARTIGO 41 - O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos,

radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas (ONU, 1945, n.p.).

O objetivo da ONU é manter a paz e segurança nacional para que os direitos humanos sejam assegurados. Para tanto, órgãos com essa finalidade foram criados para aplicar as medidas expostas anteriormente, como o Conselho de Segurança, por exemplo. No entanto, a eficácia desse sistema de sanções é questionada, haja visto que sua aplicação não tem surtido efeitos em alguns conflitos e devido ao fato de que civis suportam as consequências da penalidade (Gomes, 2011).

## 2.1 SANÇÕES ECONÔMICAS

As sanções econômicas estão previstas no art. 41 da Carta da ONU e são um instrumento de coerção da diplomacia internacional que visa pressionar ou punir Estados por comportamentos transgressores das normas e regras desrespeitadas, de modo a reafirmá-las e pressionar seu cumprimento. É uma instância de negociação internacional alternativa às penas militares, que podem ser demasiadamente drásticas, de modo a “prejudicar a economia do país-alvo, por meio de restrições ou proibições ao comércio de certos bens e serviços, de quebra de laços financeiros ou embargo total, e interromper as relações comerciais, financeiras e de investimento para impor custos” (Costa; Esteves, 2023, p. 88).

A aplicabilidade das sanções econômicas é condicionada a conflitos entre Estados e configuram-se como uma forma de solução pacífica de controvérsias. Serve, portanto, como uma penalização contínua até que determinado comportamento cesse, além de ser um meio para alcançar objetivos políticos, pois essas sanções importam em condicionar determinada conduta a um custo monetário ou restrição nas relações comerciais internacionais. A finalidade pode ser mista, tanto para condenar quanto para condicionar, mas é retaliativa em ambos os casos (Costa; Esteves, 2023).

Ademais, é cabível nas hipóteses em que a diplomacia falhou e pode ser interpretada como uma instância de negociação internacional. Ora, se há um comportamento transgressor das normas e regras, este é passível de coerção, mas caso o Estado agente se negue a cessá-lo, sanções econômicas podem ser aplicadas para forçar seu fim. A economia da nação transgressora é atacada, pressionando o

restabelecimento da ordem internacional através da imposição da sanção (Costa; Esteves, 2023).

Além de ser uma ferramenta para lidar com a política internacional, as sanções econômicas podem ser interpretadas como uma forma de pré-condicionar a guerra. Independente do objetivo, que pode ser classificado como primário, secundário ou terciário, essas coerções são incentivos negativos aplicados a um Estado e prejudicam a sua economia e os direitos humanos da população da nação transgressora (Peksen, 2019 apud Costa; Esteves, 2023).

Há o enfraquecimento do país sancionado através de uma ação não militar até que as exigências da comunidade internacional sejam atendidas. O enfraquecimento econômico causado pelas sanções afeta a esfera financeira e comercial do Estado, que sofre restrições de importação e exportação, proibição de investimento e prestação de serviços e congelamento de contas bancárias ou outros títulos financeiros. São restrições, portanto, que afetam a comercialização da nação (Souza; 2017).

A eficácia dessas sanções é questionável pela literatura, mas pode ser negativa, positiva ou neutra em relação à pretensão ao impô-la e o tipo de regime governamental do Estado-alvo aparenta ser um determinante do sucesso da imposição, pois caso seja um Estado democrático, esta perdura por menos tempo do que naqueles Estados rígidos, como a Rússia, por exemplo. De qualquer forma, os efeitos econômicos são suportados (ou não) pelos indivíduos, o que acaba por comprometer os seus direitos fundamentais (Costa; Esteves, 2023). Nesse sentido:

As sanções podem ser eficazes quando são aplicadas em concertação com outras políticas, como a diplomacia e a cooperação regional, e podem ser mais eficazes quando aplicadas em estágios diferentes, começando com medidas menos punitivas e aumentando a pressão ao longo do tempo, e quando são aplicadas por um grupo de países, em vez de um único país (Costa; Esteves, 2023, p. 90).

Outro fator determinante é o impacto suficientemente negativo da sanção, pois de nada adianta impor algo com efeitos ínfimos na economia do Estado-alvo. Ademais, a efetividade das sanções relaciona-se com a interdependência econômica entre o Estado punido e o sancionador e tendem a funcionar caso força militar ou ameaça dela sejam acopladas na sanção. Aliás, cabe esclarecer que as sanções podem ser impostas tanto por Estados em sua unidade quanto por instituições

internacionais, como é o caso da ONU e da União Europeia (Costa; Esteves, 2023 apud Brancaccio; Califano, 2023).

Para Accioly, Silva e Casella (2023), o efeito positivo das sanções econômicas é limitado e culmina em efeitos negativos que se sobrepõem aos positivos. É possível que as sanções colidem com normas internacionais no tocante à proteção do livre comércio, daí a sua aplicação específica.

### 3 O CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA

A Rússia foi penalizada com a aplicação de sanções econômicas em decorrência de seus ataques à Ucrânia. No entanto, antes de abordá-las e tratar das consequências, cabe contextualizar o conflito entre esses Estados.

O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, que se intensificou a partir de 2014 e culminou com a invasão russa em 2022, deriva tanto de questões históricas quanto geopolíticas. Esse embate não surgiu de forma isolada, mas como resultado de uma série de eventos ao longo de décadas, envolvendo disputas por território, identidade nacional e a influência de potências globais na região (Aparecido; Aguilar, 2022).

A relação entre Rússia e Ucrânia é marcada por séculos de proximidade e tensão. A Ucrânia, que foi parte integrante do Império Russo e, posteriormente, da União Soviética, sempre esteve sob a sombra de Moscou. A dissolução da União Soviética, em 1991, representou para a Rússia um enorme revés geopolítico, visto por muitos russos como a perda de territórios historicamente associados ao poderio russo, incluindo a Ucrânia, o segundo maior país da Europa (Aparecido; Aguilar, 2022).

A Ucrânia foi, durante grande parte de sua história, uma região de disputas entre grandes potências, como a Rússia e a Polônia. O nacionalismo ucraniano, que se desenvolveu ao longo do século XX, eclodiu com maior força após a dissolução da União Soviética em 1991, quando a Ucrânia declarou sua independência. Para muitos ucranianos, essa foi a oportunidade de construir uma identidade nacional autônoma, desvinculada do legado russo. A busca pela soberania foi marcada pelo desejo de integrar-se estreitamente às instituições ocidentais, como a União Europeia e a OTAN, ao mesmo tempo em que se afastava da influência russa (Ministério da Defesa, 2022).

Por outro lado, a Rússia tem uma perspectiva diferente dessa trajetória. A Ucrânia é vista não apenas como um país vizinho, mas como uma parte integrante da história e identidade russa. Esse vínculo é cultural, linguístico e religioso, especialmente no leste da Ucrânia, onde há uma grande população de origem russa. Para muitos na Rússia, perder a Ucrânia significa um golpe severo em sua esfera de influência e no orgulho nacional, visto que o território ucraniano foi considerado parte do projeto imperial russo por séculos. Esse embate entre o desejo ucraniano por independência e a visão russa de unidade histórica é um dos fatores centrais que alimentam o conflito (Ministério da Defesa, 2022).

No entanto, essa tentativa de se alinhar com o Ocidente foi vista pela Rússia como uma ameaça direta à sua esfera de influência. Desde o colapso da União Soviética, Moscou mantém uma visão de que os países vizinhos, especialmente a Ucrânia, fazem parte de sua zona de segurança estratégica e devem permanecer sob sua influência (Aparecido; Aguilar, 2022).

O nacionalismo ucraniano, por sua vez, foi fortemente moldado em oposição à Rússia, buscando consolidar uma identidade distinta que se libertasse das amarras históricas com Moscou. A ascensão do nacionalismo ucraniano, especialmente em regiões como Kiev e o oeste do país, criou uma divisão com o leste da Ucrânia, onde a população de origem russa e falantes do russo mantêm maior afinidade com a Rússia. Essa divisão foi intensificada com a anexação da Crimeia pela Rússia em 2014 e o apoio russo a movimentos separatistas nas regiões de Donetsk e Luhansk (Aparecido; Aguilar, 2022).

Além dos fatores históricos e identitários, as tensões entre Rússia e Ucrânia são exacerbadas por uma questão geopolítica maior: a expansão das alianças ocidentais na Europa Oriental. Desde o fim da Guerra Fria, a OTAN e a União Europeia vêm expandindo sua influência na antiga órbita soviética, trazendo para sua esfera países que anteriormente estavam sob a influência russa. A Polônia, a Hungria e os Estados Bálticos são exemplos claros dessa expansão, que aos olhos da Rússia representa uma ameaça direta (Aparecido; Aguilar, 2022).

Para a Rússia, essa expansão foi vista como uma violação de promessas feitas pelo Ocidente no início dos anos 1990, quando Moscou acreditava que não haveria tal expansão nas suas fronteiras. O temor de ser cercada por potências ocidentais impulsionou a política externa russa em direção à Ucrânia, que se tornou uma peça central na rivalidade entre Rússia e o Ocidente (Ministério da Defesa, 2022).

A entrada da Ucrânia na OTAN é sensível para a Rússia, pois isso significaria que um dos seus principais vizinhos estaria formalmente aliado a uma aliança militar historicamente adversária. Para a Rússia, essa é uma linha vermelha intransponível. Foi esse medo que levou à anexação da Crimeia em 2014, uma região estratégica no Mar Negro que oferece uma importante base militar. Além disso, o apoio russo a movimentos separatistas em Donetsk e Luhansk demonstrou que Moscou está disposta a usar força militar para manter a Ucrânia fora da órbita ocidental. A invasão de 2022 é o ápice dessas tensões acumuladas ao longo de décadas, representando

um esforço russo para reverter o avanço do Ocidente na região (Ministério da Defesa, 2022).

A aderência da Ucrânia à OTAN é um dos principais motivos de preocupação para a Rússia, que vê essa ação como uma violação de seus interesses de segurança. A perspectiva de tropas da OTAN e bases militares ocidentais instaladas nas fronteiras da Rússia é inaceitável para Moscou, que, em resposta, vem adotando uma postura cada vez mais agressiva para impedir essa aproximação entre Ucrânia e o Ocidente (Aparecido; Aguilar, 2022).

A invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022 foi o ápice de uma escalada de tensões que vinha se desenrolando há anos. Sob o pretexto de proteger as populações de origem russa no leste ucraniano e de "desnazificar" o governo ucraniano, a Rússia iniciou uma ofensiva militar que teve como alvo tanto as forças militares ucranianas quanto infraestruturas civis. Esse movimento foi amplamente condenado pela comunidade internacional, resultando em severas sanções econômicas impostas pelos Estados Unidos, União Europeia e outros aliados ocidentais (Aparecido; Aguilar, 2022).

Desde o início da invasão russa em 2022, os países ocidentais adotaram uma série de sanções econômicas rigorosas contra a Rússia. As sanções visam minar a capacidade financeira do governo de Vladimir Putin e enfraquecer sua posição no cenário internacional. Entre as medidas mais severas estão o congelamento de ativos de oligarcas russos, a exclusão de bancos russos do sistema financeiro internacional SWIFT e a suspensão de projetos energéticos conjuntos (Ministério da Defesa, 2022).

No entanto, sanções aplicadas anteriormente, como as de 2014 após a anexação da Crimeia, mostraram-se insuficientes para forçar uma mudança de comportamento na política externa russa, o que levanta questões sobre a efetividade dessas medidas (Ministério da Defesa, 2022).

Além das sanções, a guerra provocou uma nova corrida armamentista na Europa. Países como a Alemanha, que tradicionalmente mantinham uma postura mais pacífica em termos de investimento militar, anunciaram aumentos significativos em seus orçamentos de defesa. A União Europeia, por sua vez, tomou a inédita decisão de financiar o envio de armamentos à Ucrânia, uma medida sem precedentes na história da organização. Ao mesmo tempo, o conflito está gerando um realinhamento geopolítico global, com a Rússia buscando fortalecer laços com potências não ocidentais, como China e Irã, enquanto o Ocidente reforça suas alianças tradicionais,

consolidando o bloco da OTAN e ampliando a cooperação com parceiros estratégicos (Ministério da Defesa, 2022).

As sanções, no entanto, levantaram questões sobre sua eficácia. Historicamente, sanções econômicas não têm sido eficazes em deter conflitos armados ou em provocar mudanças políticas significativas, como é o caso da Coreia do Norte e do Irã. No contexto russo, apesar de algumas medidas afligirem setores da economia, a Rússia conseguiu manter sua campanha militar e até fortalecer sua posição em algumas áreas estratégicas (Aparecido; Aguilar, 2022).

A guerra entre Rússia e Ucrânia também se desenrola em um campo de batalha menos tangível, mas igualmente importante: o das narrativas. De um lado, a Rússia sustenta que sua intervenção é uma resposta legítima às ameaças que o Ocidente representa para sua segurança. Ao evocar uma retórica nacionalista, Moscou busca mobilizar o apoio popular interno, utilizando temas históricos, como a luta da União Soviética contra o nazismo, para justificar sua agressão (Aparecido; Aguilar, 2022).

Por outro lado, o ocidente, especialmente os Estados Unidos e seus aliados, acusam a Rússia de violar as normas internacionais e os princípios de soberania ao invadir um Estado soberano. A narrativa ocidental enfatiza a necessidade de defender a autodeterminação da Ucrânia e punir as ações de Moscou através de sanções econômicas e diplomáticas (Aparecido; Aguilar, 2022).

Entretanto, o conflito expõe as falhas da ordem internacional estabelecida após a Segunda Guerra Mundial. A incapacidade de organismos como o Conselho de Segurança das Nações Unidas de tomar ações concretas contra a Rússia, devido ao uso do poder de veto por Moscou, demonstra as limitações das estruturas multilaterais de governança global (Aparecido; Aguilar, 2022).

A Ucrânia, situada entre o Ocidente e o Oriente, tornou-se um campo de batalha para as potências envolvidas, cada uma buscando garantir seus interesses estratégicos. Enquanto isso, a população civil ucraniana sofre as consequências, enfrentando os horrores de uma guerra que parece estar longe de ter um desfecho (Aparecido; Aguilar, 2022).

No conflito Rússia-Ucrânia, as sanções econômicas aplicadas à Rússia se estendem desde o denominado período pré-guerra, em 2014, no qual a Crimeia passou para a Federação Russa. As punições mais recentes objetivam minimizar a capacidade da Rússia em prosseguir com as invasões na Ucrânia através do

enfraquecimento da sua economia interna e externa. Dentre elas está, conforme mencionado anteriormente, a exclusão da Rússia do sistema financeiro SWIFT (Sociedade de Telecomunicações Financeiras Mundial), que padroniza informações financeiras e transferências de recursos entre bancos ao redor do mundo (Sprenger, 2024; Brancaccio; Califano, 2023).

Entretanto, considerando que a declaração de guerra da Rússia contra a Ucrânia completou mais de dois anos, as consequências econômicas e geopolíticas decorrentes das sanções têm efeitos diversos, como “forte desvalorização da moeda corrente; o enfraquecimento da economia no setor petrolífero, pela ausência de compradores e conseqüente aumento do preço; e, em conjunto com todo o cenário econômico de recessão, a queda do Produto Interno Bruto do país em 2,1% (Costa, 2023, p. 46).

Sendo assim, a partir da influência da Rússia para a economia mundial, nota-se que a postura inflexível e enrijecida desse Estado reverbera tanto na economia interna quanto na internacional e, para além disso, nas práticas de sanções internacional, decorrendo daí a necessidade de analisar as consequências das sanções aplicadas principalmente pelos Estados Unidos, União Europeia e ONU.

A Rússia tem se esforçado para justificar suas ações invocando o conceito de "desnazificação" da Ucrânia. O governo russo afirma que está protegendo as populações de origem russa, especialmente nas regiões de Donetsk e Luhansk, contra supostos abusos e ameaças de grupos extremistas ucranianos. Essa narrativa apela ao orgulho russo pela vitória na Segunda Guerra Mundial contra os nazistas e procura mobilizar o apoio popular interno. A alegação de que a Rússia está combatendo um novo tipo de fascismo, embora largamente contestada, tem sido usada como ferramenta de propaganda tanto interna quanto externamente (Ministério da Defesa, 2022).

Por outro lado, a Ucrânia e os países ocidentais retratam a invasão russa como uma agressão flagrante contra a soberania de um Estado independente. A narrativa ocidental é de que a Rússia está violando o Direito Internacional ao tentar alterar as fronteiras da Ucrânia pela força, repetindo os erros imperialistas do passado. Para o Ocidente, o conflito é uma luta pela preservação da ordem mundial baseada em regras estabelecidas após a Segunda Guerra Mundial, que impedem mudanças territoriais forçadas. A guerra de informações se tornou uma parte crucial do conflito, com ambos

os lados usando a mídia, tanto tradicional quanto digital, para moldar percepções globais e garantir apoio internacional (Ministério da Defesa, 2022).

### 3.1 AS SANÇÕES ECONÔMICAS APLICADAS À RÚSSIA E SUAS CONSEQUÊNCIAS

As sanções econômicas foram aplicadas de maneira expressiva em resposta à operação militar russa na Ucrânia e ao apoio de Belarus. Desde 2014, quando a Rússia anexou a Crimeia, várias sanções já vinham sendo aplicadas, e em 2022 essas restrições se intensificaram, afetando de forma significativa a economia russa e bielorrussa (Bumbieris *et al.*, 2022).

Essas sanções foram coordenadas por países como os Estados Unidos, membros da União Europeia e o G7, visando atingir diversas áreas econômicas estratégicas. Entre as ações tomadas estão o bloqueio de ativos do Banco Central da Rússia e do Banco Central de Belarus, além da exclusão de bancos desses países da rede SWIFT, que facilita transações financeiras internacionais, de modo a dificultar os pagamentos de exportações e importações, afetando diretamente o comércio exterior dos dois países (Bumbieris *et al.*, 2022).

Além disso, foram impostas restrições severas às exportações russas e bielorrussas, aumentando tarifas ou limitando a quantidade de produtos que podem ser comercializados. Indivíduos de alta influência, como oligarcas russos, também foram alvo das sanções, com o congelamento de seus ativos financeiros e propriedades no exterior. No total, mais de 400 autoridades russas e 140 oligarcas tiveram suas posses confiscadas, apenas pelos EUA (Bumbieris *et al.*, 2022).

As sanções impactaram duramente a economia global, com o FMI (Fundo Monetário Internacional) alertando que as consequências dessas medidas, consideradas “sem precedentes”, resultariam em sérios efeitos sobre a economia do país, com redução prevista de -3,4% do PIB. Multinacionais ocidentais também responderam à crise, com mais de 400 empresas suspendendo suas operações ou saindo completamente da Rússia até o final de março de 2022. Essas ações evidenciam como as sanções econômicas afetam não apenas os países-alvo, mas também têm repercussões sobre cadeias de valor globais e as economias interligadas (Bumbieris *et al.*, 2022).

Além de serem uma forma de retaliação às ações militares da Rússia, as sanções foram descritas pelo Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, como uma "nova forma de política estatal econômica", sugerindo que as sanções se tornaram uma ferramenta importante de política externa para moldar o comportamento de outros países em uma era de interdependência econômica global (Bumbieris et al., 2022).

Nesse contexto, há de se mencionar que a Rússia tem relações comerciais diretas com o Brasil e as sanções aplicadas a ela impactam esse relacionamento. O comércio exterior entre o Brasil e a Rússia, bem como com Belarus, assume função estratégica, especialmente em setores essenciais, como o de fertilizantes. De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia, a Rússia tem uma importância relevante para as importações brasileiras, ocupando a 6ª posição como maior fornecedora de produtos em 2021, respondendo por 2,6% do total das importações (Bumbieris et al., 2022).

No primeiro trimestre de 2022, a Rússia manteve essa relevância, ocupando a 7ª posição. Contudo, no que tange às exportações brasileiras para a Rússia, o país foi apenas o 31º destino em 2021 e o 36º no acumulado de 2022, demonstrando que o fluxo comercial é mais expressivo em importações do que exportações (Bumbieris et al., 2022). Nos primeiros três meses de 2022, o Brasil registrou US\$ 647 milhões em exportações para a Rússia e US\$ 1,5 bilhão em importações do país. Esse aumento representou um crescimento notável em relação ao mesmo período de 2020, com as exportações subindo 140,2% e as importações 59,6%. O comércio entre os dois países é concentrado em alguns produtos estratégicos. As importações brasileiras da Rússia são dominadas por adubos e fertilizantes químicos, que representaram 71% do total importado entre janeiro e março de 2022, uma porcentagem ainda maior do que os 62% registrados em 2021. Outro produto importante é o carvão mineral, que, no mesmo período de 2022, respondeu por 17% das importações brasileiras, frente a 8,4% em 2021 (Bumbieris et al., 2022).

Em contrapartida, as exportações brasileiras para a Rússia são mais diversificadas, com uma distribuição relevante entre vários produtos. A soja lidera, representando 27% do total exportado para a Rússia no primeiro trimestre de 2022, seguida por açúcares e melaços, com 20%, e café não torrado, que contribuiu com 8,3%. Isso reflete a força do agronegócio brasileiro no comércio com a Rússia,

especialmente em setores como o de alimentos e insumos agrícolas (Bumbieris *et al.*, 2022).

Já no caso de Belarus, o comércio com o Brasil é bem mais modesto. O país ocupava o distante 140º lugar entre os destinos das exportações brasileiras em 2021 e caiu ainda mais no primeiro trimestre de 2022, ficando em 151º lugar. No que diz respeito às importações, Belarus era o 53º maior fornecedor em 2021 e subiu para a 47ª posição nos primeiros três meses de 2022. As importações brasileiras de Belarus são concentradas quase exclusivamente em adubos e fertilizantes químicos, que representam 95% de tudo o que o Brasil compra daquele país (Bumbieris *et al.*, 2022).

Apesar das sanções econômicas impostas à Rússia em decorrência do conflito com a Ucrânia, não houve impacto negativo direto nas importações brasileiras de fertilizantes provenientes da Rússia. Pelo contrário, essas importações cresceram significativamente. Em março de 2022, o Brasil importou US\$ 455 milhões em adubos e fertilizantes da Rússia, o que representou um aumento impressionante de 194% em relação ao mesmo mês do ano anterior e um crescimento de 40,9% em relação a fevereiro de 2022. Isso demonstra a dependência do Brasil em relação à Rússia para o fornecimento de fertilizantes, um insumo crucial para o agronegócio brasileiro (Bumbieris *et al.*, 2022).

Essa dependência fica ainda mais evidente quando se observa que a Rússia é a principal fornecedora de fertilizantes para o Brasil, representando 25,7% do total importado pelo país no primeiro trimestre de 2022, frente aos 23,3% de 2021. Apesar da queda no volume total de fertilizantes importados em termos de toneladas, o valor dessas importações aumentou devido à alta dos preços globais de fertilizantes, que subiram 140,4% em relação a março de 2021 (Bumbieris *et al.*, 2022).

Esse cenário revela que, embora o comércio global tenha sido impactado pelas sanções econômicas e pelo conflito na Ucrânia, o Brasil manteve sua capacidade de importar fertilizantes da Rússia, evidenciando a importância estratégica desse insumo para o país. O aumento nos custos dos fertilizantes impacta diretamente o agronegócio brasileiro, que depende fortemente desses produtos para manter sua competitividade global na produção de grãos, como soja e milho (Bumbieris *et al.*, 2022).

Diante desse contexto, o Brasil enfrenta um desafio: a necessidade de continuar garantindo o fornecimento de fertilizantes em meio a um cenário internacional volátil, marcado por sanções e incertezas. Para isso, o país vem

buscando diversificar suas fontes de importação de fertilizantes e, ao mesmo tempo, promover o aumento da produção interna, como forma de reduzir a dependência externa. Todavia, até o momento, a Rússia continua sendo o principal fornecedor desse insumo essencial, e o comércio entre os dois países segue em expansão, apesar das dificuldades geradas pelas sanções econômicas (Bumbieris *et al.*, 2022).

Apesar das severas restrições impostas, a Rússia demonstrou uma resiliência notável nos primeiros meses após a implementação das sanções. Em parte, essa resiliência se deve à experiência anterior com sanções impostas após a anexação da Crimeia em 2014. Naquele período, o país implementou uma série de estratégias de adaptação, como o fortalecimento de suas reservas financeiras e o desenvolvimento de parcerias comerciais com nações não ocidentais, como China, Índia e outros países da Ásia (Esteves, 2023).

No contexto do conflito de 2022, a Rússia rapidamente redirecionou suas exportações de petróleo e gás, encontrando novos mercados fora da esfera de influência ocidental. Países como China e Índia se tornaram os principais compradores de petróleo russo, ajudando a compensar, ainda que parcialmente, a perda do mercado europeu (Esteves, 2023).

Em 2022, 45% a 50% das exportações de petróleo foram destinadas a Pequim e 40% para a Índia e Vladimir Putin declarou que “Se antes abastecíamos a Europa com um volume total de 40 e 45% das exportações de petróleo e produtos petrolíferos, este ano esperamos que o número não supere 5%”. Antes do conflito, a Rússia era a principal fornecedora de petróleo para a União Europeia.

O setor energético, que representa cerca de 60% das receitas do Estado russo, foi um dos mais atingidos pelas sanções. No entanto, o aumento dos preços globais da energia, causado em parte pela própria guerra, ajudou a mitigar as perdas da Rússia em termos de volume de exportações. Embora a União Europeia tenha diminuído significativamente suas importações de energia da Rússia, o país foi capaz de manter níveis de receita consideráveis ao vender para novos mercados. Mesmo com sanções sobre o petróleo russo, que incluíram um teto de preço de US\$ 60 por barril imposto pelo G7, o governo russo continuou a exportar a preços mais elevados para algumas regiões, comprometendo a eficácia dessa medida (Esteves, 2023).

Outro impacto significativo das sanções recaiu sobre o sistema financeiro russo. A exclusão de vários bancos russos do sistema SWIFT - um dos principais mecanismos de pagamentos internacionais - complicou as transações financeiras

entre a Rússia e o restante do mundo, dificultando as operações de exportação e importação. Alexei Kudrin, ex-ministro das Finanças da Rússia sugeriu que a exclusão do país do Swift importaria na redução de 5% do PIB, mas a queda foi de 2,1% em relação ao ano anterior (Esteves, 2023; Nascimento, 2023).

Ademais, o congelamento de ativos internacionais do Banco Central da Rússia e de bancos comerciais limitou severamente o acesso do país a suas reservas internacionais. Inicialmente, o rublo sofreu uma desvalorização acentuada, mas o governo russo conseguiu estabilizar a moeda ao implementar uma série de medidas de controle, como o aumento das taxas de juros e a obrigatoriedade de conversão das receitas de exportação em rublos. Essas ações contribuíram para que uma crise cambial fosse evitada, embora o sistema financeiro russo continue enfrentando desafios estruturais (Esteves, 2023).

Em paralelo, as sanções que visam restringir o acesso da Rússia a tecnologias avançadas e produtos de uso duplo (civil e militar) tiveram um impacto na capacidade do país de manter sua produção industrial, especialmente no setor de defesa. Componentes eletrônicos essenciais para a fabricação de armas, veículos blindados e aeronaves militares se tornaram escassos, o que pode estar afetando diretamente a capacidade russa de substituir os equipamentos militares destruídos ou desgastados no conflito com a Ucrânia. As forças armadas russas foram, portanto, impactadas pela dificuldade de reposição de armamentos, o que, por sua vez, enfraquece seu potencial de ação prolongada em guerras de alta intensidade (Esteves, 2023).

A medida que o conflito se prolonga, os efeitos das sanções econômicas se tornam cada vez mais evidentes e profundos. Sendo assim, apesar de a Rússia ter conseguido evitar um colapso financeiro imediato passando a exportar petróleo para a Ásia e Oriente, o isolamento econômico estava aumentando gradativamente, com consequências a longo prazo para o país (Esteves, 2023).

O PIB russo registrou queda de 2,1% em 2022, com uma contração significativa em vários setores industriais, e a inflação atingiu níveis elevados (10% em 2024), o que reduziu o poder de compra da população. Além disso, as sanções continuam a restringir o acesso da Rússia a insumos e produtos essenciais para o funcionamento de setores-chave de sua economia, como bens de tecnologia de aviação, da indústria espacial e energética, produtos químicos, armamentos etc. (Esteves, 2023; Lister, 2024; Nascimento, 2023; Conselho Europeu da União Europeia, 2023).

No entanto, a adaptação da Rússia a esse novo contexto também foi observada. O país intensificou suas parcerias com países fora do bloco ocidental, especialmente no que diz respeito à exportação de energia e à importação de bens que anteriormente eram comprados de nações europeias e norte-americanas. A China, por exemplo, se tornou um parceiro crucial para a Rússia em termos de tecnologia e investimentos, embora o estudo também reconheça as limitações dessa parceria, uma vez que a infraestrutura de exportação de gás e petróleo da Rússia foi projetada para atender ao Ocidente (Esteves, 2023).

Os autores do estudo defendem que, para que as sanções atinjam seus objetivos de maneira mais efetiva, elas precisam ser constantemente refinadas e intensificadas. Recomenda-se, por exemplo, que o teto de preço sobre o petróleo russo seja reduzido ainda mais, com uma fiscalização rigorosa para impedir que a Rússia continue a exportar petróleo a preços acima do estabelecido. Também se sugere a expansão das sanções para incluir novos setores, como a indústria de fertilizantes, além da imposição de sanções totais sobre todas as empresas envolvidas no setor militar-industrial russo (Esteves, 2023).

Outra medida proposta é o aprimoramento da cooperação internacional, garantindo que as sanções sejam aplicadas de forma coordenada e fechando lacunas que permitam à Rússia contornar as restrições. Uma dessas brechas é a venda de produtos russos para terceiros países que, em seguida, os exportam para o Ocidente, burlando as sanções iniciais (Esteves, 2023).

As sanções devem continuar sendo uma ferramenta fundamental da política internacional contra a Rússia, mas é necessário ajustá-las continuamente para garantir que o país não consiga escapar de suas restrições. Ao mesmo tempo, o acompanhamento contínuo de seus efeitos é essencial para avaliar a eficácia dessas medidas e evitar que elas se tornem contraproducentes (Esteves, 2023).

## CONCLUSÃO

O conflito entre Rússia e Ucrânia é um reflexo de questões históricas, identitárias e geopolíticas que vêm se acumulando por décadas. A Ucrânia, em busca de maior independência e integração com o Ocidente, colidiu diretamente com os interesses de uma Rússia que vê sua própria segurança ameaçada pela expansão ocidental. A invasão russa em 2022 representa o ponto culminante de anos de tensões que envolvem tanto questões territoriais quanto disputas sobre influência política e identidade nacional.

As consequências desse conflito são profundas e vão além das fronteiras dos dois países envolvidos. O impacto global da guerra está reconfigurando alianças e desafiando a ordem internacional. As sanções, o fortalecimento militar e as disputas narrativas têm transformado o cenário geopolítico, levando a um mundo mais polarizado. Além disso, questões sobre soberania, poder militar e interferência estrangeira são levantadas novamente, destacando como as tensões históricas ainda moldam o futuro da política internacional. É um conflito cujos desdobramentos continuarão a afetar a dinâmica global.

As sanções econômicas impostas à Rússia tiveram um impacto significativo, mas seu efeito pleno ainda não foi alcançado. O país demonstrou uma resiliência inicial, especialmente no setor energético, devido ao aumento dos preços globais de energia e à diversificação de seus parceiros comerciais. No entanto, a medida que as sanções se mantêm e se intensificam, o isolamento econômico da Rússia está se tornando mais severo, com consequências diretas para sua capacidade de financiar a guerra e manter sua economia funcional (Esteves, 2023).

Apesar do isolamento econômico da Rússia, o país conseguiu driblar algumas restrições, como a da exportação de petróleo, por exemplo. Até antes da aplicação das penalidades, a Rússia era a principal exportadora do produto à União Europeia. Com o conflito, as exportações passaram a ser para a Índia e China, principalmente, de modo a esquivar-se da recessão.

As previsões do impacto econômico das sanções eram mais pessimistas do que realmente aconteceu. O FMI previu uma queda de 3,4% do PIB em 2022, mas a realidade foi de 2,1%. Ademais, em 2024, a previsão é de que o PIB russo seja expansivo. No entanto, a taxa inflacionária de 10% impacta diretamente o poder de compra da população, tornando produtos básicos, como manteiga, um artigo de luxo.

Sendo assim, o conflito continua a gerar repercussões econômicas, sociais e políticas tanto para os países diretamente envolvidos quanto para o resto do mundo. A Rússia enfrenta desafios internos significativos, como o aumento da desigualdade social e a insatisfação de uma parcela da população com as dificuldades econômicas. Por outro lado, a Ucrânia segue em uma luta constante por sua soberania e reconstrução, contando com apoio militar e financeiro de aliados ocidentais, como os Estados Unidos e a União Europeia.

No cenário internacional, a guerra tem redefinido prioridades de segurança e investimento em defesa, especialmente em países da OTAN. Em 2023, a organização recebeu a adesão da Finlândia, dobrando a extensão de suas fronteiras com a Rússia, e reforçou compromissos estratégicos para contenção de ameaças. Além disso, países como Alemanha e Polônia aumentaram significativamente seus orçamentos militares, marcando uma mudança de paradigma na Europa pós-Guerra Fria.

No campo energético, o conflito acelerou a transição de muitos países europeus para fontes renováveis e alternativas ao gás russo. Em 2022, a União Europeia reduziu sua dependência do gás natural russo de 40% para menos de 15%, impulsionada por parcerias com países como Noruega e Qatar, além de um aumento no uso de energias renováveis (IEA, 2023). Apesar disso, a crise energética elevou os custos de vida em vários países europeus, com protestos em grandes capitais como Paris e Berlim.

Por fim, o conflito reforçou a polarização global, com blocos políticos e econômicos se consolidando. A Rússia tem aprofundado suas relações com países do BRICS e intensificado sua cooperação com China e Índia. Ao mesmo tempo, a guerra reacendeu debates sobre a reforma das instituições internacionais, como a ONU, que enfrentam críticas sobre sua incapacidade de mediar conflitos de grande escala.

Portanto, a guerra entre Rússia e Ucrânia não é apenas um evento localizado, mas um divisor de águas para a geopolítica global no século XXI. Suas implicações continuarão a moldar políticas econômicas, de segurança e energéticas por anos, deixando lições e desafios para a comunidade internacional.

## REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, G. E. do Nascimento E.; CASELLA, Paulo B. **Manual de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2023. E-book. ISBN 9786553624542. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624542/>. Acesso em: 06 out. 2024.

APARECIDO, Julia Mori; AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A guerra entre Rússia e a Ucrânia. **Observatório Conflitos Internacionais** – Série Conflitos Internacionais, v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.-2022.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

BUMBIERIS, João Victor Scherrer; LIMA, Pedro Garrido da Costa; VEIGA, Luiz Humberto Cavalcante; SOBRINHO, Gustavo Roberto Correa da Costa; SOUSA, Francisco José Rocha de; ROCHA, Fernando Carlos Wanderley; AZEVEDO, Debora Bithiah. **A guerra Russo-Ucraniana e seus impactos no Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022.

CONSELHO EUROPEU; CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. Sanções da UE contra a Rússia explicadas. **Conselho Europeu, Conselho da União Europeia** [online], 2023. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/sanctions-against-russia-explained/#exportban>. Acesso em: 17 nov. 2024.

COSTA, Ana Carina da; ESTEVES, Silva Martins. Conflito Rússia-Ucrânia – o impacto das sanções econômicas na Rússia – uma revisão narrativa da literatura. **Revista Ciências Militares**, v. 11, n. 2, 2023. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/48417/1/Ana%20Esteves\\_RCM\\_Vol\\_XI\\_2\\_NOV\\_2023%20%28por%29.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/48417/1/Ana%20Esteves_RCM_Vol_XI_2_NOV_2023%20%28por%29.pdf). Acesso em: 09 jun. 2024.

COSTA, Ingrid Taynara da Silva. **Sanções econômicas impostas à Rússia pela União Europeia: em razão da invasão à Ucrânia em 2022**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

ESTEVES, Ana Carina da Costa e Silva Martins Esteves. Conflito Rússia-Ucrânia – o impacto das sanções econômicas na Rússia – uma revisão narrativa da literatura. **Revista de Ciências Militares**, v. 11, n. 2, 2023. Disponível em: [https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/48417/1/Ana%20Esteves\\_RCM\\_Vol\\_XI\\_2\\_NOV\\_2023%20%28por%29.pdf](https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/48417/1/Ana%20Esteves_RCM_Vol_XI_2_NOV_2023%20%28por%29.pdf). Acesso em: 26 set. 2024.

GOMES, Paula Caúla Infante. SISTEMA DE SANÇÕES DA ONU - a real eficácia e as consequências destas sanções em uma sociedade. **Jornal Eletrônico** – Faculdades Integradas Vianna Júnior, 1ª ed, 2011.

GUERRA, Sidney. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024. E-book. ISBN 9788553623396. Disponível em:

<https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553623396/>. Acesso em: 27 set. 2024.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Estudos Militares Conjuntos: conflito Rússia-Ucrânia, possíveis ensinamentos para o emprego conjunto das forças armadas. **Ministério da Defesa**, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: [https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/operacoes-conjuntas-artigos-doutrinarios/arquivos/idoc\\_\\_conflito-rus-x-ucr-estudo-emprego-conj\\_monografia\\_24ago2022\\_\\_impressao-final-atualizado.pdf](https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/operacoes-conjuntas-artigos-doutrinarios/arquivos/idoc__conflito-rus-x-ucr-estudo-emprego-conj_monografia_24ago2022__impressao-final-atualizado.pdf). Acesso em: 01 out. 2024.

NASCIMENTO, Houldine. Mesmo com sanções, Rússia deve retomar crescimento em 2023. **Poder 360** [online], 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/mesmo-com-sancoes-russia-deve-retomar-crescimento-em-2023/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, 1945. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf>. Acesso em: 02 out. 2024.

PAULA, Isabelle. Alvo de sanções do Ocidente, Rússia direciona exportações de petróleo para a Ásia. **Gazeta do Povo** [online], 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/alvo-de-sancoes-do-ocidente-russia-direciona-exportacoes-de-petroleo-para-a-asia/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

SPRENGER, Leandro. Saiba mais sobre o Swift: sistema financeiro que excluiu a Rússia. **Fazcomex** [online], 2024. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/comex/swift-russia-sistema-financeiro-do-qual-a-russia-foi-excluida/#:~:text=A%20plataforma%20re%C3%BAne%20atualmente%2011,processadas%20por%20dia%20no%20Swift>. Acesso em: 06 jun. 2024.